

Of. Circular n. 02 de 2024.

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2024.

Às(as) deputadas(os) federais e senadores do Acre, Sras.(Srs.):

Alan Rick
Antônia Lúcia
Eduardo Ovídio Borges de Veloso Viana
Fábio Gonçalves de Rueda
Gerlen Diniz
José Barbary
Márcio Bitar
Maria do Socorro Neri Medeiros de Souza
Meire Serafim
Roberto Duarte Júnior
Sérgio de Oliveira Cunha (Petecão)
Ulysses Freitas Pereira de Araújo

Prezada(o) senhora(o), com os cordiais cumprimentos, pedimos sua atenção para nossa importante causa trabalhista, sendo que **amanhã o Ibama completa 35 anos** de existência.

A proposta de reestruturação da Carreira das(os) **servidoras(es) ambientais federais**, aprovada no 12º Congresso da Ascema Nacional, a federação à qual somos filiados (bem como as demais associações de servidores **do Ibama e do ICMBio** em cada estado, e ainda do **SFB [Serviço Florestal Brasileiro] e do MMA [Ministério do Meio Ambiente]**), no ano passado, foi remetida à análise do MGI (Ministério de Gestão e Inovação) em agosto de 2023, acompanhada de tabelas e premissas cuidadosamente explicadas e produzidas em meses de trabalho junto à Condsef (Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal) e ao Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e estudos Socioeconômicos).

Nossa proposta contempla medidas que efetivamente suprirão as demandas de pessoal especializado atual e futuro dos Órgãos Ambientais Federais citados, e proporcionará remunerações e condições de trabalho justas, observados os parâmetros aplicáveis às carreiras federais, onde **deveria imperar o princípio justo da ISONOMIA**, tal qual preconiza a Constituição Federal e a Lei geral do serviço público, a n. 8.112 de 1990. Temos objetivo de atrair e manter profissionais com alto nível de qualificação, compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições dos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, em consonância com o Art. 39, § 1º da Constituição Federal.

Até o momento, a **categoria não viu prioridade alguma à área ambiental**, tão propagada nos discursos oficiais, se traduzir em valorização dos servidores e no fortalecimento estrutural dos órgãos integrantes.

Em virtude da patente **omissão do MGI, somada à uma conduta passiva do MMA**, mais de mil servidores do Ibama emitiram uma Carta em 30dez2023 (doc. SEI [Sistema Eletrônico de Informações] n. 17711369) e centenas do ICMBio (Carta em 03jan2024, doc. SEI n. 17447428), já sendo mais uma Carta entre outras anteriores, as quais requeriam imediata contraproposta do MGI, haja vista a extrapolação de todos os prazos. Como se não bastasse, em 01 e 16 de fevereiro últimos, houve reuniões com o MGI e restou a forte impressão de que **eles não leram a nossa proposta**, e as propostas apresentadas por eles, sem Tabelas, memórias de cálculo nem premissas, **não são nada aceitáveis**, pois não atendem a nenhum pleito ou necessidade nossa, revertendo em reajuste real de apenas 1% em 2026.

Nossa perda inflacionária não reposta é de cerca de 44% nos últimos 8 anos, além de **estarmos em último da fila dos servidores federais, com alto índice de adoecimento, pedidos de demissão e diminuição do efetivo**, até porque há pessoas que nem assumem quando são nomeadas nos poucos concursos, de tanto que o nosso salário está baixo.

Nós ganhamos menos do que a metade da ANA, Agência Nacional de Águas, que era no nosso ministério por décadas (MMA), e tem atribuições semelhantes às nossas. E **ganhamos menos do que um terço da Polícia Federal e da Receita Federal**, também com atribuições semelhantes às nossas.

Afora isto, **não temos MÍNIMAS condições de trabalho**, há sedes do ICMBio caindo aos pedaços, alugadas, sem internet, sem garagem pros veículos, e sem nenhuma segurança ou vigilância armada (a Sede de Ji-Paraná pegou fogo e foi totalmente destruída há pouco tempo), nenhuma condição de segurança (somos **ameaçados de morte e sofremos perseguição** várias vezes, **passamos doenças de todo tipo, físicas e mentais, exaustão, vamos a campo em locais muito difíceis de andar e inóspitos, enfrentando terríveis criminosos com nossos veículos ruins, enfrentando emboscadas e violência, condições adversas de todo o tipo, sem internet em campo, sem hora-extra paga, sem pagamento adequado ou acessível de periculosidade ou insalubridade, sem folga subsequente**), temos um imenso acúmulo de trabalho (cada um de nós é responsável por 3 ou 4 setores / atribuições), os Técnicos acabam sendo, na prática, "obrigados" ao desvio de função, **fazendo trabalho de Analistas e ganhando apenas 43% dos salários destes, somos campeões de pedidos de licenças médicas entre servidores federais, não temos assistência ALGUMA dos Institutos quando há mortes ou doenças em campo, acidentes de trabalho e cia.** (precisamos sempre fazer vaquinhas entre servidores e amigos, até as urgentes para retirar colegas doentes do campo, ou custear tratamentos de saúde e sustento de famílias enlutadas), não temos assistência jurídica aos muitos depoimentos à Polícia Federal e ao MPF que temos que dar em nome do Instituto, não temos proteção frente às ameaças e perseguições de criminosos ambientais, etc.

A Polícia Federal e o Exército, que nos acompanha em operações, têm condições de trabalho **IMENSAMENTE maiores**, e seus salários são absurdamente **MAIORES**.

Nos "matamos" verdadeiramente em campo, sem ver nossos filhos crescerem, sempre viajando a trabalho, para proteger o meio ambiente necessário ao mundo inteiro, e para garantir algum uso sustentável, alguma condição de vida às gerações futuras, em meio a toda esta humilhação e más condições de trabalho.

A maioria de nós vive fazendo outros concursos, há evasão imensa (só do último concurso foi de 20%, afora os que nem assumiram), não temos adicional de fronteira ou localização, não estamos na **NECESSÁRIA Lei de Indenização de Fronteira**, e aliás, **muitas vezes, SOMOS A ÚNICA PRESENÇA DO ESTADO em locais afastados, inóspitos, perigosos e de baixo IDH**. Não temos nenhum benefício de Carreira para estar em lugares longe das capitais e inóspitos, como o Exército tem várias benesses, incluindo redução de tempo de serviço por passar um tempo na Amazônia, mesmo nas capitais.

Não temos conseguido pagar nossas contas, não temos conseguido pagar planos de saúde, nossos aposentados estão passando situações de carência grave, e aliás estes aumentos de Auxílio Alimentação e de valor de diárias de campo recentes não chegam aos aposentados e pensionistas.

Por isso tudo, estamos mobilizados, em operações-padrão e recusa de ir a campo, para chamar a atenção do Governo e da sociedade para que nos ajude, porque estamos literalmente morrendo.

Nossos Institutos, aliás, possuem apenas metade (Ibama) e menos da metade (ICMBio) das vagas oficiais preenchidas, segundo o próprio Governo. **Até os Estados Unidos (EUA), possuem 20 vezes mais servidores ambientais federais do que o Brasil, e lá é um País capitalista neoliberal, há algo muito errado com o Brasil, concordam ??**

A propósito, destacamos que **nós somos responsáveis, no Ibama, ICMBio, SFB e MMA por uma infinidade de serviços de alto nível de complexidade**, dentre estes, formulação e planejamento de políticas ambientais, gestão orçamentária e financeira, fiscalização de contratos administrativos, prevenção e combate ao desmatamento, prevenção e combate aos incêndios florestais, conservação e uso responsável dos oceanos e ambientes costeiros, emissão de licenças ambientais para os maiores e mais complexos empreendimentos e indústrias, prevenção e controle ao acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, controle de emissões de veículos automotores, importação dos mesmos, exportação de madeira, gestão e proteção de 336 unidades de conservação federais, atendimento a políticas públicas amplas a milhares de famílias de extrativistas, seringueiros, pescadores, quilombolas, etc. (populações tradicionais, como é o caso, no Acre, das 5 reservas extrativistas, 3 florestas nacionais e 1 parque nacional e seus entornos), liberação e controle de uso de agrotóxicos, gestão de sistemas de comércio e uso de madeira nativa e da fauna, controle na importação e exportação de vários outros insumos (máquinas, fauna viva, etc), pesquisa ampla em diversos temas nos 15 centros de pesquisa nacionais (um no SFB e os demais no ICMBio), reflorestamento e recuperação

de áreas degradadas, participação de inúmeros conselhos de governança socioambiental (das três esferas de governo, Brasil adentro), entre outras.

Convém citar que importantes entes da sociedade já manifestaram preocupação com a mobilização da nossa categoria, a exemplo da Abrage (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica) e da Abrate (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Transmissão de Energia Elétrica), bem como de senadores preocupados com a lentidão da exportação de madeira. Estas organizações e personalidades deviam lutar conosco pelas nossas causas trabalhistas e mais concursos, **pois não há condições de atender à necessidade brasileira na penúria em que estamos.**

Nada se alterou na postura desrespeitosa e desleal do MGI e do Governo Federal de agosto passado para cá, mesmo após o esforço hercúleo e voluntário de servidores do Ibama e ICMBio, que garantiram redução de mais de 50% de desmatamento na Amazônia e de 70% de desmatamento nas UCs federais em 2023, após 4 anos de um "desgoverno" reconhecidamente anti-ambiental.

Os servidores estão indignados, revoltados e cada vez mais mobilizados.

Tudo isto é especialmente agravado ao vermos outras carreiras federais comemorarem acordos com o mesmo MGI, com reajustes robustos de 40 ou 60%.

Nossa proposta possui alguns itens, mas os mais importantes são a indexação do nosso salário com o da ANA, a subida maior do salário dos Técnicos para 70 a 85% do salário dos Analistas (a depender do degrau que se encontram na Carreira) e a Gratificação por Atividade de Risco, entre outras.

Frente ao exposto, a Asibama/AC vem por meio deste:

1) Buscar sua sensibilização e apoio, na forma de moções, vídeos ou ao menos postagens nas redes sociais, para o atendimento dos nossos pleitos trabalhistas por parte do MGI.

2) Buscar seu apoio à entrada da nossa categoria na Lei de Indenização de Fronteira, Lei n. 12.855 de 2013.

3) Buscar seu apoio à aprovação da PEC n. 13 de 2022, a qual torna o Ibama e o ICMBio típicos de Estado.

4) Solicitar uma reunião presencial com a(o) senhora(or) para tratarmos do presente tema.

Agradecemos, atenciosamente.

Roberta Graf
Presidenta da Asibama/AC